



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

CINFORM

www.cinform.com.br



Aracaju - SE, 8 a 14 de abril de 2013, Ano XXX, Edição 1565

12 | CADERNO 1

SAÚDE

AÇÃO

Médicos pedem intervenção federal na Saúde em Sergipe

Sindicato da categoria protocolou representação no Ministério Público Federal. Sindimed diz que terceirização levou Saúde ao caos

■ Cerca de 20 processos, mais de 10 mil folhas e um extenso arquivo com matérias veiculadas na imprensa sergipana entre 2008 e janeiro de 2013. Essa farta documentação, com informações relacionadas à saúde pública, foi entregue ao Ministério Público Federal - MPF - pelo Sindicato dos Médicos do Estado - Sindimed - semana passada. A direção da entidade sindical defende intervenção federal na Saúde.

Os documentos entregues ao MPF fundamentam a representação do Sindimed contra o Estado de Sergipe e o Município de Aracaju pela precariedade na assistência à saúde prestada à população e pela criação das Fundações da Saúde Parreiras Horta - FSPH -, Hospitalar da Saúde - FHS - e Estadual da Saúde - Funesa.

Sílvio Roberto Oliveira de Amorim Junior, procurador-

chefe do MPF em Sergipe, recebeu os documentos que serão analisados por Ramiro Rockenbach, procurador Regional dos Direitos do Cidadão do MPF. Neles, a direção do Sindimed afirma que a terceirização da saúde trouxe reflexos negativos aos usuários do Sistema Único da Saúde - SUS.

Esse processo ocorreu há quatro anos com a transferência da gestão de hospitais e clínicas da saúde para as Fundações, criadas com base nas Leis Ordinárias nº 6.346; 6.347 e 6.348 de 2008. A assinatura de um contrato de gestão, entre Estado e as entidades de direito privado, concretizou a transferência, apesar de a sociedade civil organizada haver se posicionado contrária a que os serviços fossem repassados para as Fundações.

CAOS

Desde então, "o caos e o desrespeito à saúde pública tornou-se regra", afirmam os médicos no documento entregue ao MPF. Prova disso seria as mais de 50 ações civis públicas impetradas pelo Ministério Público Estadual - MPE - contra o Estado na tentativa

O deputado Augusto Bezerra, DEM, deu entrada em um requerimento solicitando a presença dos presidentes do Sindimed e Somese para que sejam prestados todos os esclarecimentos sobre a representação protocolada no MPF

de amenizar problemas como a ausência de médicos e a falta de insumos básicos e medicamentos quimioterápicos.

Para o Sindimed, esses fatos ferem o direito à vida e, portanto, o direito à saúde "que pressupõe um tratamento digno e eficiente para promover a cura ou uma sobrevida, no mínimo, menos dolorida para os cidadãos". Na representação, a entidade afirma que as ações

civis públicas são, "inexoravelmente, uma prova concreta da ineficiência/incapacidade de as autoridades locais solucionarem esses problemas".

Diante desses fatos, o Sindimed solicita a intervenção do MPF e sugere que a Procuradoria da República promova uma audiência pública para discutir a situação caótica da saúde estadual. Para João Augusto Oliveira, presidente do Sindicato dos Médicos, a representação visa a melhorar a assistência que piorou desde que as Fundações assumiram a gestão da Saúde.



Mércia Oliva

João Augusto (esquerda) entrega representação ao procurador Sílvio Amorim



Elas são, simplesmente, ignoradas pelo Estado”

JOÃO AUGUSTO OLIVEIRA
presidente do Sindimed

balho investigativo, o MPF comprove que os argumentos do Sindimed são procedentes e ingresse com uma ação no Judiciário Federal contra o Estado. “Acreditamos que a Justiça Federal possa realmente fazer cumprir as decisões e haja uma efetiva melhora na assistência prestada à população”, enfatiza.

O **Cinform** tentou ouvir a médica Joélia Silva, secretária de Estado da Saúde, até o fechamento desta edição, para

saber qual o posicionamento do órgão sobre o pedido de intervenção federal na Saúde e as críticas à qualidade do serviço prestado à população, mas não obteve retorno. No entanto, o tema deverá ser debatido na Comissão da Saúde da Assembleia Legislativa do Estado.

O deputado estadual Augusto Bezerra, DEM, vice-líder da bancada de oposição, deu entrada em um requerimento solicitando a presença dos presidentes do Sindimed e da Sociedade Médica de Sergipe - Somese - para que sejam prestados todos os esclarecimentos sobre a representação protocolada no MPF. ■

CUMPRIMENTO

Segundo o dirigente sindical, apesar das ações civis já impetradas, as decisões do Ministério Público Estadual e do Judiciário sergipano são descumpridas sistematicamente. “Elas são, simplesmente, ignoradas pelo Estado”, assegura. Como há recursos federais envolvidos na gestão da Saúde, o Sindimed decidiu, então, recorrer ao MPF e solicitar que seja feita uma investigação.

João Augusto Oliveira espera que, ao final desse tra-

[>] COMENTE ESTA MATÉRIA
opine@cinform.com.br